

O INDIVIDUALISMO E O COLETIVISMO COMO INDICADORES DE CULTURAS NACIONAIS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Maria Cristina Ferreira*
Eveline Maria Leal Assmar*
Solange de Oliveira Souto#

RESUMO. O trabalho aborda as convergências e divergências teórico-metodológicas que cercam a produção científica atual a respeito do individualismo e do coletivismo e suas implicações para a avaliação das culturas nacionais. Examina, inicialmente, alguns modelos conceituais sobre os valores, detendo-se, posteriormente, nas questões subjacentes à teorização e mensuração do individualismo e do coletivismo e nas controvérsias presentes neste campo de estudos. À guisa de conclusão, destacam-se pontos críticos da literatura a serem levados em conta pelos investigadores interessados no estudo das influências da cultura no comportamento psicossocial, assim como as possibilidades de aplicação de tal arcabouço teórico ao contexto sociocultural brasileiro.

Palavras-chaves: individualismo, coletivismo, cultura nacional.

THE INDIVIDUALISM AND COLLECTIVISM AS NATIONAL CULTURE INDICATORS: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONVERGENCES AND DIVERGENCIES

ABSTRACT. Theoretical and methodological controversies that are present in the scientific literature about individualism and collectivism, as well as its implications for the evaluation of national cultures are reviewed. Some value conceptual models, as well as the issues related to theory and measurement of individualism and collectivism and the controversies that are present in this area are discussed. As a conclusion, some critical aspects in the literature that should be taken into account by researchers interested in the study of culture influences in social behavior, as well as the range of application of this theoretical background to the Brazilian sociocultural context are highlighted.

Key words: individualism, collectivism, national culture.

INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva da psicologia social norte-americana, o estudo das condutas sociais teve como foco, por longos anos, a busca de modelos e leis gerais que pudessem contribuir para a compreensão dos processos e estruturas cognitivas subjacentes aos comportamentos manifestos nas interações sociais. Orientadas pelo pressuposto da universalidade das relações funcionais entre processos cognitivos e comportamentos sociais, estas investigações adotaram o indivíduo como objeto de análise, desconsiderando, de modo sistemático, a relevância dos sistemas sociohistórico-culturais na produção das condutas humanas.

Mais recentemente, entretanto, psicólogos de várias nacionalidades, descontentes com o caráter excessivamente individualista e anistórico desta psicologia social cognitivista, vêm se interessando pelo papel que a diversidade sociocultural desempenha na configuração do pensamento social, através da adoção de duas estratégias de investigação: a êmica e a ética. Na abordagem ética, a preocupação é com a busca da universalidade do fenômeno, e desse modo, as teorias derivadas em um determinado contexto cultural são testadas em outros contextos, com o intuito de se verificar a sua capacidade de generalização. A perspectiva êmica, por outro lado, procura analisar e compreender os comportamentos

* Doutora em Psicologia, docente da Universidade Gama Filho.

Endereço para correspondência: Maria Cristina Ferreira, Rua Marquês de Valença, 80, apto. 602, Tijuca, 20550-030, Rio de Janeiro, RJ.

Mestre em Psicologia, docente da Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

intrínsecos a contextos culturais específicos (Berry, 1989).

Entre os movimentos de crítica à psicologia social clássica que têm se dedicado a estas novas formas de abordagem do comportamento social merecem destaque as *indigenous psychologies* e a psicologia transcultural. As *indigenous psychologies*, também chamadas de psicologias vernáculas ou autóctones, originaram-se principalmente dos países em desenvolvimento, a partir da constatação de que as teorias psicossociais clássicas nem sempre se mostravam adequadas à resolução dos problemas estruturais e conjunturais característicos de sua realidade (Hogan, 1995). Seu objetivo básico é, portanto, o desenvolvimento de teorias específicas a cada contexto cultural, tomando por base a abordagem êmica, o que implica o estudo dos comportamentos, valores, costumes e crenças de cada cultura como forma de se explicarem as condutas sociais aí prevalentes (Kim & Berry, 1993; Smith & Bond, 1993).

A psicologia transcultural, por outro lado, surgiu a partir da preocupação em se determinarem as possibilidades de generalização a outras culturas dos achados e princípios psicológicos oriundos das pesquisas realizadas na cultura norte-americana, mediante a realização de estudos comparativos envolvendo diferentes países e grupos culturais. Na busca de semelhanças, entretanto, deparou-se com as diferenças e sua finalidade passou a ser, também, a compreensão do modo pelo qual as diferenças potenciais entre culturas interferem na conduta humana. Ela consiste, assim,

... no estudo das similaridades e diferenças existentes no funcionamento psicológico individual de vários grupos étnicos e culturais; das relações entre variáveis psicológicas e variáveis socioculturais, ecológicas e biológicas; e das mudanças ocorridas nessas variáveis (Berry, Poortinga, Segall & Dasen, 1992, p.2).

Para atingir tais objetivos, a psicologia transcultural incorpora as abordagens ética e êmica, desenvolvendo teorias e métodos em determinados contextos culturais e transpondo-os para outros, cuidando, contudo, de adaptá-los às idiosincrasias de cada grupo cultural. Por fim, os resultados obtidos em várias culturas são comparados, com o intuito de se descobrirem as semelhanças e/ou diferenças (Kim, Triandis, Kagiçibasi, Choi & Yoon, 1994).

Os estudos transculturais, então, independentemente dos métodos e estratégias

empregados, têm em comum o fato de estarem interessados na variabilidade existente no comportamento das várias sociedades ou grupos culturais, como forma de se identificarem as dimensões de conduta específicas a cada cultura e as generalizáveis a outras culturas (Triandis, 1994a). Na explicação de tal variabilidade, os sistemas ou dimensões de valores subjacentes a diferentes grupos e culturas nacionais têm constituído o referencial mais freqüentemente adotado, com destaque especial para o individualismo e o coletivismo.

O objetivo do presente trabalho é analisar as convergências e divergências teórico-metodológicas presentes na produção científica atual a respeito do individualismo e do coletivismo e suas implicações para a avaliação das culturas nacionais. Para tanto, faz algumas considerações iniciais a respeito dos modelos conceituais sobre valores, para, em seguida, deter-se nas questões subjacentes à teorização e mensuração do individualismo e do coletivismo e nas controvérsias presentes neste campo de estudos. À guisa de conclusão, destacam-se pontos críticos da literatura a serem levados em conta pelos investigadores interessados no estudo das influências da cultura no comportamento social, assim como as possibilidades de aplicação de tal arcabouço teórico ao contexto sociocultural brasileiro.

OS VALORES COMO MANIFESTAÇÕES DAS CULTURAS NACIONAIS

De acordo com Schwartz (1994a), as conceituações oferecidas para o constructo “valores” convergem no sentido de considerarem-no como crenças associadas a metas desejáveis e a modos de conduta que possibilitam o alcance dessas metas, as quais transcendem ações e situações específicas, orientam a seleção ou avaliação de condutas, pessoas e eventos e podem, ainda, ser ordenadas em função de sua importância relativa em comparação às demais, formando, assim, um sistema de prioridades axiológicas.

A partir do trabalho pioneiro de Rokeach (1973), que diferenciou os valores em terminais (associados a estados desejáveis de existência, como liberdade, por exemplo) e instrumentais (associados a modos preferenciais de conduta, como honestidade, por exemplo), inúmeras investigações têm sido realizadas com o intuito de identificar as dimensões de valores potencialmente úteis à explicação da grande diversidade observada entre diferentes grupos nacionais.

Em um dos primeiros trabalhos nessa direção, Hofstede (1980, 1997) realizou um amplo levantamento envolvendo pessoas provenientes de 50 países, que trabalhavam em subsidiárias locais de uma grande companhia multinacional (IBM). A análise dos resultados revelou a presença de quatro dimensões de valores básicas: distância hierárquica ou do poder; individualismo *versus* coletivismo; feminilidade *versus* masculinidade e evitação de incerteza. A distância hierárquica diz respeito à relação com a autoridade, ou seja, ao grau em que os membros das instituições e organizações aceitam a distribuição desigual de poder. A dimensão individualismo x coletivismo refere-se à natureza das relações que o indivíduo mantém com o grupo, caracterizando-se o individualismo pela prevalência do interesse individual sobre o grupal, o que leva as pessoas a se preocuparem apenas consigo próprias ou com sua família imediata, e o coletivismo, pela sobreposição do interesse do grupo sobre o individual, o que tem como consequência a formação de grupos coesos que protegem o indivíduo em troca de sua lealdade. A masculinidade e feminilidade se diferenciam na valorização de um papel masculino, caracterizado pela assertividade, competitividade e obtenção de metas, ou de um papel feminino, associado à necessidade de relações interpessoais e de cuidados com o outro. Finalmente, a evitação de incerteza está associada ao grau em que os membros dos diferentes grupos culturais se sentem ameaçados por situações desconhecidas ou ambíguas.

Todos os países participantes do estudo receberam um escore correspondente à sua posição no contínuo em que cada uma das dimensões era representada, o que permitiu que eles fossem classificados em quadrantes, em função das diferentes combinações possíveis entre as dimensões tomadas duas a duas. Analisando seus resultados, o autor (Hofstede, 1980, 1997) concluiu que a cultura nacional era a explicação mais provável para as consistentes diferenças observadas entre os países, já que as amostras encontravam-se emparelhadas na maioria das outras variáveis envolvidas na investigação.

Em estudo posterior, o grupo intitulado *Chinese Culture Connection* (1987), liderado por Michael Bond, na tentativa de verificar se o estudo de Hofstede havia sofrido a influência da cultura ocidental, desenvolveu um questionário baseado nos valores fundamentais da cultura chinesa e o aplicou a sujeitos de 23 países. Os dados obtidos evidenciaram a presença de quatro fatores, três dos quais apresentaram semelhança conceitual com três das

dimensões obtidas por Hofstede (individualismo X coletivismo; feminilidade X masculinidade e distância do poder), enquanto um quarto fator, denominado pelos autores de “dinamismo confuciano” e por Hofstede (1997) de “orientação de vida a curto X a longo prazo”, demonstrou ser conceitualmente distinto da dimensão evitação de incerteza anteriormente obtida por Hofstede (1980). Com base nessas evidências, Smith e Bond (1993) concluíram que uma classificação das culturas em termos de valores deveria se basear em cinco dimensões.

Apoiando-se no pressuposto de que os valores refletem metas conscientes associadas a três necessidade básicas (biológicas, de interação social e de funcionamento grupal), Schwartz (1994a, 1996) desenvolveu uma tipologia de dez valores motivacionais (poder social, auto-realização, hedonismo, estimulação, autodeterminação, universalismo ou filantropia, benevolência, tradição, conformidade e segurança), que mantêm entre si uma inter-relação dinâmica de compatibilidade ou de conflito. Tal estrutura foi verificada empiricamente em 44 países, através de resultados que apoiaram seu caráter de universalidade e propiciaram a derivação de duas dimensões bipolares a nível individual: abertura à mudança *versus* conservação, que opõe o pensamento e a ação independentes (valores de autodeterminação e estimulação) à preservação de práticas tradicionais e à proteção da estabilidade (valores de segurança, conformidade e tradição) e autopromoção *versus* autotranscendência, que opõe a ênfase no próprio sucesso e na dominação do outro (valores de poder e auto-realização) à aceitação e preocupação com o outro (valores de universalismo e benevolência). O hedonismo, por outro lado, associou-se tanto à abertura à mudança quanto à autopromoção.

Movidos pelo interesse de averiguar as prioridades axiológicas que identificavam as sociedades ou culturas, Schwartz (1994b) e Schwartz e Ros (1995), fundamentando-se na mesma estrutura de referência teórica, extraíram sete tipos de valores (conservadorismo, autonomia intelectual, autonomia afetiva, hierarquia, controle, comprometimento igualitário e harmonia), dos quais foram derivadas três dimensões bipolares. A primeira opõe as sociedades nas quais os indivíduos privilegiam a coletividade e o relacionamento com os outros (conservadorismo) às sociedades em que o indivíduo é encorajado a ser autônomo e a expressar seus atributos intelectuais e afetivos individuais (autonomia intelectual e afetiva); a segunda estabelece distinção entre os grupos culturais em que os indivíduos são socializados para cumprirem sem questionamentos as

regras e obrigações associadas a seus papéis (hierarquia) e os grupos nos quais a socialização encontra-se apoiada na valorização do comprometimento voluntário com os outros (comprometimento igualitário) e, por fim, a terceira dimensão diferencia as sociedades em que as pessoas procuram ativamente controlar e modificar seu ambiente natural e social (controle) daquelas nas quais os indivíduos aceitam o mundo como ele é e procuram preservá-lo (harmonia). Para Schwartz (1994b), a tipologia de valores ao nível cultural constitui ferramenta útil ao estudo de variações entre culturas, na medida em que as diferenças observadas nas condutas sociais podem ser associadas aos diferentes tipos motivacionais e explicadas com base nesse referencial.

Apesar de os estudos sobre valores nacionais terem desenvolvido tipologias apoiadas em algumas prioridades axiológicas básicas, a dimensão individualismo *versus* coletivismo tem sido a mais freqüente e sistematicamente adotada pelos pesquisadores, na explicação da variabilidade entre condutas sociais observada em diferentes culturas nacionais.

O INDIVIDUALISMO E O COLETIVISMO COMO INDICADORES DAS CULTURAS NACIONAIS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A adoção freqüente do individualismo e do coletivismo como um padrão de diferenças culturais potencialmente útil à explicação da variabilidade do comportamento social deve-se, em grande parte, a Triandis e seus associados (1989, 1990a, 1990b, 1994a, 1994b, 1995, 1996; Triandis & cols., 1986; Triandis, Bontempo, Villareal, Asai & Lucca, 1988; Triandis, Leung, Villareal & Clack, 1985; Triandis & Gelfand, 1998; Triandis, McCusker & Hui, 1990), que, há mais de duas décadas, vêm se dedicando a um intenso programa de pesquisas voltado para o aprofundamento dos aspectos conceituais e metodológicos implicados na caracterização do referido constructo.

De acordo com Triandis (1990a), a cultura subjetiva, isto é, “as percepções compartilhadas do ambiente social” (Triandis, 1990a, p. 30) se traduz em princípios e filosofias de vida (valores) e em comportamentos desejáveis ou prescritos para os membros daquela cultura (normas), bem como para as diferentes posições ocupadas na hierarquia social (papéis). Deste modo, para o autor (Triandis, 1994a), os padrões de crenças, valores, normas, atitudes e autodefinições que identificam uma sociedade podem

ser vistos como síndromes culturais, entre as quais se encontram o individualismo e o coletivismo.

O individualismo é característico de culturas em que a experiência social se organiza em torno de indivíduos autônomos (Triandis, 1994a). Já o coletivismo caracteriza-se por fortes laços associativos aos grupos de pertença e por relações dissociativas formais com pessoas não pertencentes a estes grupos (Triandis, 1990a), sendo, assim, típico de culturas subjetivamente estruturadas em função da coletividade (família, tribo, grupos religiosos, país, etc.).

No que diz respeito aos antecedentes do individualismo, Triandis (1990a) assinala que ele é uma conseqüência da complexidade cultural, da ascensão social e da mobilidade social e geográfica. Desta forma, quanto mais complexa a estrutura social, ou seja, quanto maior o número de grupos que nela se encontram organizados, maiores as possibilidades de o indivíduo entrar ou sair destes grupos, conforme eles satisfaçam ou não suas necessidades pessoais, e, conseqüentemente, maior o individualismo. De modo semelhante, quanto mais o indivíduo ascende na hierarquia social, menos ele precisa do grupo, razão pela qual as classes sociais mais altas são mais individualistas, em todas as sociedades. Por fim, quanto mais o indivíduo se move entre os grupos sociais existentes em diferentes regiões, menor a probabilidade de que ele sofra influências destes grupos e, portanto, maiores serão as possibilidades de que ele se torne mais individualista.

Triandis (1989) faz distinção, ainda, entre a cultura subjetiva, que se expressa ao nível da estrutura social, e os atributos de personalidade, que, no plano individual, constituem reflexos desta cultura. Com base nessa diferenciação, prefere reservar os termos individualismo e coletivismo para o nível cultural e utilizar os termos idiocentrismo e alocentrismo para designar as tendências pessoais mais freqüentemente observadas em culturas individualistas e coletivistas, respectivamente. Avançando em suas considerações, assinala (Triandis, 1990a; 1994b) que a abordagem do coletivismo e individualismo deve-se realizar através do estudo das normas, papéis e valores que tipificam um determinada cultura, enquanto a via preferencial de acesso ao idiocentrismo e alocentrismo devem ser as crenças, atitudes e autodefinições que configuram o indivíduo.

Em revisão mais recente da literatura nesta área, Triandis (1995) estabelece quatro dimensões para a diferenciação entre o idiocentrismo e o alocentrismo: autoconceito, tipo de metas priorizadas, estilo de regulação do comportamento e ênfase assinalada aos relacionamentos. Desta forma, os indivíduos

alocêntricos tendem a apresentar um auto conceito interdependente, isto é, a se autodefinirem com referência ao grupo, enquanto os idiocêntricos tendem a apresentar um autoconceito que independe de seus grupos de pertença. Os indivíduos alocêntricos, por outro lado, possuem metas pessoais que costumam coincidir com as metas de seus grupos de pertença, e quando isto não ocorre, dão prioridade às metas grupais. Já as metas pessoais dos idiocêntricos nem sempre coincidem com as metas grupais e são por eles privilegiadas, em detrimento das do grupo. O comportamento social dos indivíduos idiocêntricos é regulado principalmente por atitudes, necessidades pessoais, direitos e contratos, ao passo que a conduta dos alocêntricos é governada prioritariamente por normas, obrigações e deveres. Os alocêntricos, por fim, dão maior importância à manutenção dos relacionamentos, ainda que isto implique sacrifícios pessoais, mas os idiocêntricos não relutam em interromper relacionamentos que impliquem custos pessoais excessivos.

Os indivíduos idiocêntricos caracterizam-se, portanto, pelo distanciamento emocional dos grupos de pertença, primazia dos objetivos pessoais em comparação aos objetivos grupais, comportamento regulado por atitudes e análises de custo-benefício e endosso à confrontação. Já os indivíduos alocêntricos valorizam a integridade da família e os laços de solidariedade aos grupos de pertença, condicionam seus autoconceitos e comportamentos a esses grupos e percebem-nos como harmoniosos, hierárquicos e homogêneos, além de eminentemente distintos dos outros grupos (Triandis, 1994b).

Em síntese, para Triandis (1994a), o individualismo e o coletivismo associam-se às normas, papéis e valores que distinguem os grupos culturais no que diz respeito à ênfase que assinalam à vida individual ou grupal, enquanto o idiocentrismo e o alocentrismo referem-se ao conjunto de sentimentos, crenças e atitudes individuais relacionados à preocupação ou não-preocupação com o outro. O autor (Triandis, 1994b) adverte, porém, que as pessoas costumam apresentar tanto tendências alocêntricas como idiocêntricas, estando as manifestações deste padrões intimamente associadas às distintas situações nas quais elas se encontram.

Deste modo, nenhuma cultura é inteiramente pura, na medida em que seus membros, na maioria das vezes, não se mostram capazes de reproduzir integralmente um padrão idiocêntrico ou alocêntrico. Contudo, ainda assim, as culturas diferem quanto à ênfase assinalada a uma destas orientações particulares, o que permite sua identificação como predominantemente individualista

ou coletivista. Em outras palavras, o idiocentrismo e o alocentrismo podem coexistir em uma mesma cultura e em um mesmo indivíduo e serem mais ou menos enfatizados, em função de situações específicas, muito embora as diferentes culturas apresentem maior probabilidade de serem individualistas ou coletivistas, assim como existe maior probabilidade de que os indivíduos apresentem tendências alocêntricas ou idiocêntricas em função do grupo cultural no qual estejam inseridos (Triandis, 1994b).

Na tentativa de refinar conceitualmente a noção de individualismo e coletivismo, Singelis, Triandis, Bhawuk e Gelfand (1995) propõem que estes constructos podem se expressar por meio de uma dimensão vertical ou horizontal, associada à importância conferida às relações sociais, resultando daí quatro diferentes tipologias culturais. No individualismo horizontal, as pessoas são movidas pelo desejo de serem únicas e distintas de seus grupos de pertença, embora não se preocupem em ter maior *status* que as demais; no individualismo vertical, elas, além de almejam se diferenciar das demais, ainda competem pela obtenção de *status*; no coletivismo horizontal, as pessoas se vêem como similares aos demais integrantes de seus grupos de pertença e priorizam as metas grupais, mas não se submetem facilmente à autoridade; no coletivismo vertical, elas, além de serem capazes de sacrificar seus interesses pessoais em função dos interesses coletivos, mostram-se ainda dispostas a se submeterem à autoridade (Triandis & Gelfand, 1998).

O INDIVIDUALISMO E O COLETIVISMO COMO INDICADORES DAS CULTURAS NACIONAIS: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Diferentes métodos têm sido propostos para a avaliação do individualismo e coletivismo. Triandis e seus associados (Triandis, 1990b; 1996, Triandis & cols., 1990), por exemplo, defendem a utilização de métodos múltiplos, entre os quais se incluem: o estudo do caráter mais individualista ou coletivista do autoconceito através da análise de conteúdo de frases iniciadas com as palavras “Eu sou” (método das 20 sentenças); os julgamentos a respeito da distância percebida entre o indivíduo e os membros de seus diferentes grupos de pertença; a utilização de cenários destinados a verificar o modo mais individualista ou coletivista mediante o qual as pessoas se comportam frente a uma variedade de situações e o emprego de instrumentos de auto-relato destinados à mensuração de atitudes e valores.

Na tentativa de verificar empiricamente as possibilidades de aplicação destes diferentes métodos à abordagem do individualismo e coletivismo, Triandis e cols. (1990) utilizaram-nos em um estudo com amostras de estudantes dos Estados Unidos, Grécia, Havaí, Hong Kong e China, tendo constatado que os diversos elementos preconizados como mais típicos do individualismo ou do coletivismo foram mais freqüentemente encontrados, respectivamente, nos grupos nacionais considerados como mais coletivistas ou individualistas, em função de estudos anteriores (Hofstede, 1980). Contudo, embora faça a apologia de uma abordagem multimétodo, o próprio Triandis, juntamente com seus colaboradores (Triandis & cols., 1988; Singelis & cols., 1995), tem se utilizado com maior freqüência dos instrumentos de auto-relato como forma de operacionalizar os constructos individualismo e coletivismo, o mesmo ocorrendo com outros pesquisadores, tais como Hofstede (1980) e Schwartz (1994a; 1994b; 1996).

Neste sentido, o trabalho pioneiro de Hofstede (1980) empregou um instrumento de auto-relato composto de seis metas de trabalho que deveriam ser avaliadas de acordo com sua importância para o indivíduo. A realização de uma análise fatorial ecológica, na qual cada país entrou como unidade de análise (ao invés de cada indivíduo), permitiu a derivação empírica da dimensão individualismo-coletivismo como uma das formas de expressão das diferenças entre culturas.

Posteriormente, Hui (1984, citado por Triandis & Gelfand, 1998), em sua tese de doutorado, desenvolveu uma escala de atitudes de 63 itens (denominada de INDCOL) para a mensuração do individualismo e do coletivismo, que, de modo contrário ao método adotado por Hofstede (1980), foi validada ao nível individual. Em seguida, esse mesmo instrumento foi reelaborado e refinado, através das pesquisas de Triandis e seus associados (Triandis & cols., 1985; Triandis & cols., 1986; Triandis & cols., 1988), nas quais foi testada uma série de itens e de formatos de respostas, em amostras provenientes dos Estados Unidos e de países europeus, asiáticos e latino-americanos. Tais estudos atestaram a validade convergente e divergente do referido instrumento e permitiram a conclusão de que o individualismo define-se pela presença de dois fatores associados à autoconfiança com hedonismo e à distância emocional dos grupos de pertença, e o coletivismo, por dois outros fatores relacionados à integridade da família e à interdependência com sociabilidade. Uma análise fatorial de segunda ordem revelou, contudo, que a

subordinação das metas pessoais às metas grupais constitui o componente central do coletivismo.

Mais recentemente, Singelis e cols. (1995) desenvolveram um instrumento destinado à mensuração do individualismo e coletivismo horizontal e vertical e reuniram evidências empíricas a respeito dessas quatro dimensões em amostras norte-americanas. Estudos posteriores conduzidos em amostras norte-americanas, asiáticas e européias (Triandis & Gelfand, 1998; Triandis e cols., 2001) comprovaram a validade convergente e discriminante do instrumento, além de demonstrarem que as quatro tipologias culturais se apresentavam relacionadas a outros constructos anteriormente identificados como correlatos do individualismo e do coletivismo.

O INDIVIDUALISMO E O COLETIVISMO COMO INDICADORES DAS CULTURAS NACIONAIS: CONTROVÉRSIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A teorização e mensuração do individualismo e do coletivismo têm gerado debates relacionados a duas principais questões. A primeira, de natureza metodológica, diz respeito ao caráter uni ou multidimensional desse constructo. Nesse sentido, Hofstede (1994) defende que, em seus estudos, o individualismo e o coletivismo foram tratados como uma única dimensão bipolar, que se revelou útil à explicação de várias diferenças entre sociedades, admitindo, porém, que quando essa dimensão é adotada para distinguir a personalidade de indivíduos dentro de uma mesma sociedade, ela pode se mostrar mais adequada a uma caracterização multidimensional. Já para Triandis (1994b), o individualismo e o coletivismo são melhor conceituados como constructos multidimensionais tanto ao nível cultural quanto ao nível individual, o que dá sentido, inclusive, à possibilidade de eles coexistirem.

Uma outra questão, de natureza conceitual, que tem gerado controvérsias entre os estudiosos do individualismo e coletivismo, refere-se às possibilidades de se generalizarem os resultados advindos das atitudes ou preferências axiológicas individuais para grupos nacionais. Nesse sentido, Triandis (1996), apoiado no pressuposto de que a cultura subjetiva consiste em elementos compartilhados, defende que as medidas de atitude, de nível individual, podem ser empregadas na descrição desta cultura, mediante a adoção de critérios tais como a identificação de itens em que 90% das respostas

situem-se em uma mesma extremidade, em relação ao ponto neutro da distribuição.

Já Hofstede (1980) e Schwartz (1994b), para derivarem as dimensões básicas de valores subjacentes aos diferentes grupos nacionais, utilizaram-se das médias obtidas pelo conjunto de indivíduos de cada país, isto é, trabalharam com medidas ao nível cultural. Na defesa de tal prática, Schwartz e Ros (1995) argumentam que as prioridades axiológicas individuais refletem não apenas as experiências únicas do indivíduo, mas também os valores compartilhados pelos membros de grupos culturais específicos, já que eles são socializados para aceitá-los, razão pela qual as médias das prioridades atribuídas a cada valor por esses membros constituem indicadores fidedignos dos valores que representam a cultura nacional. Argumento semelhante é utilizado por Earley e Gibson (1998), que ressaltam a necessidade de utilização de ambos os níveis de análise do individualismo e do coletivismo, enfatizando, porém, que as medidas em nível individual precisam ser corroboradas por medidas em nível cultural.

Mais recentemente, entretanto, a validade de tais estratégias para a tipificação da cultura nacional vem sendo criticada por alguns autores (Berry & cols., 1992; Bierbrauer, Meyer & Wolfradt, 1994; Triandis, 1994b), que sublinham a necessidade de os instrumentos de auto-relato destinados a esse fim basearem-se em perguntas sobre os valores que tipificam os membros da cultura e não sobre as opiniões ou preferências pessoais. Para eles, apenas este tipo de abordagem seria capaz de ignorar as diferenças individuais e capturar os aspectos normativos que caracterizam o nível de abordagem cultural.

Alinhados com tais preocupações, Bierbrauer e cols. (1994) desenvolveram uma escala de orientação cultural destinada a avaliar separadamente as percepções a respeito das normas e valores que caracterizam uma determinada cultura e as avaliações ou preferências pessoais por estas normas e valores, tendo verificado que a escala foi capaz de discriminar adequadamente entre as percepções culturais de coreanos (coletivistas) e alemães (individualistas). Os autores sugerem, entretanto, a necessidade de estudos adicionais que atestem a validade desta forma de avaliação de síndromes culturais.

CONCLUSÕES

A análise da literatura sobre o individualismo e o coletivismo evidencia que a teorização sobre estes constructos evoluiu de concepções apoiadas unicamente em aspectos relacionais associados aos grupos de pertença, para concepções mais amplas, que

incluem diversos elementos (tais como a construção do *self*, o estabelecimento de metas, as relações interpessoais, etc.), muito embora o aspecto da subordinação ou não ao grupo continue figurando como um aspecto-chave da distinção entre o individualismo e o coletivismo. Acompanhando tal evolução, os instrumentos de medida dessas dimensões culturais proliferaram em larga escala na última década.

Tal estrutura de referência teórica tem se revelado bastante fértil à comparação entre culturas nacionais e à explicação das variações observadas no comportamento social em pesquisas desenvolvidas em diferentes partes do mundo. Assim é que um razoável acervo empírico indica que os Estados Unidos da América, o Canadá, bem como os países situados na Europa Ocidental, são mais individualistas, ao passo que os países da América Latina, Ásia e África caracterizam-se por um maior grau de coletivismo (Smith & Bond, 1993).

Em que pese a tal evolução, a conceitualização do individualismo e do coletivismo continua se mostrando controversa. Nesse sentido, Earley e Gibson (1998) enfatizam que estes constructos carecem de maior aprofundamento, talvez porque sejam muito fluidos e, assim, ainda não foi possível chegar a uma definição precisa que consiga abranger os diferentes atributos e padrões que os caracterizam. Por outro lado, argumentam os autores, os instrumentos de auto-relato, em função da própria subjetividade que lhes é inerente, podem conduzir a julgamentos e interpretações contextuais nem sempre adequadas a uma variável de natureza cultural.

Acrescente-se a isto o fato de a natureza dimensional do constructo, a forma mais adequada de mensurá-lo (com base em referências ao indivíduo ou diretamente à cultura) e a pertinência de adotá-lo ou não como indicador da cultura nacional constituírem temáticas ainda não suficientemente esclarecidas. No que diz respeito à dimensionalidade, por exemplo, a tendência tem sido tratar o referido constructo como multidimensional no plano individual e como unidimensional no plano cultural. Tais decisões encontram-se, entretanto, intimamente associadas aos métodos de coleta e análise de dados empregados nos estudos, havendo, assim, necessidade de uma diversificação de métodos capaz de dirimir as controvérsias em torno de tal questão.

Quanto à pertinência de se adotar o individualismo e o coletivismo como indicadores da cultura nacional, é possível observar que os estudos transculturais e transnacionais vêm utilizando quase que exclusivamente estes constructos como estrutura

de referência teórica, na explicação da variabilidade de condutas observadas entre diferentes grupos culturais e sociais, muito embora outras dimensões valorativas e normativas possam trazer, também, contribuições úteis à elucidação de tal variabilidade. Neste sentido, alguns autores (Sinha & Tripathi, 1994) assinalam que o individualismo e o coletivismo constituem conceitos muito globais e, por isso, não conseguem dar conta da riqueza conceitual inerente à variedade de padrões culturais existente nas diferentes culturas nacionais.

O campo de estudo do individualismo e coletivismo apresenta-se, destarte, aberto a iniciativas capazes de contribuir para sua clarificação conceitual, para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração que se apoiem consistentemente neste arcabouço teórico e apresentem boas características psicométricas e para a realização de pesquisas que elucidem mais claramente o modo pelo qual esta dimensão cultural interfere nas condutas sociais.

Outro ponto importante refere-se ao fato de a maioria das pesquisas sobre essa temática ter se detido em comparações entre padrões de comportamento de asiáticos e norte-americanos e, eventualmente, de europeus, gerando, assim, resultados que podem não refletir a realidade de países latino-americanos, que possuem suas próprias especificidades culturais, muito embora sejam considerados coletivistas (Kagitçibasi, 1997; Triandis, 1990). Desse modo, torna-se relevante a realização de pesquisas futuras no contexto sociocultural brasileiro, orientadas pela perspectiva do individualismo e coletivismo, que possam oferecer contribuições úteis à compreensão do funcionamento psicológico e das condutas sociais dos indivíduos que aí se encontram inseridos.

A esse respeito, vale citar as proposições de Triandis (1994a; 1995), que se revestem de grande potencial heurístico, possibilitando, assim, a derivação de uma série de hipóteses a respeito das relações entre a síndrome cultural do individualismo e do coletivismo e vários outros constructos psicológicos. No que tange especificamente às formulações recentes sobre as tipologias culturais derivadas do individualismo e do coletivismo horizontal e vertical, por exemplo, seus próprios autores (Triandis & Gelfand, 1998) sugerem a necessidade de se empreenderem esforços para o aprofundamento do individualismo vertical, já que os diversos instrumentos disponíveis até o momento ainda não foram capazes de captar adequadamente esta dimensão.

Esforços recentes nesta direção têm sido empreendidos por alguns pesquisadores brasileiros. Assim é que Torres e Pérez-Nebra (2001) desenvolveram

e validaram uma versão revisada da escala de Singelis e cols. (1995) para amostras brasileiras, enquanto Gouveia, Andrade, Meira e Jesus (2001) construíram um instrumento originalmente brasileiro para a avaliação do individualismo e do coletivismo, composto de seis fatores: individualismo vertical, individualismo horizontal, protoindividualismo, individualismo expressivo, coletivismo vertical e coletivismo horizontal, acrescentando, assim, duas dimensões à tipologia de quatro dimensões anteriormente proposta por Singelis e cols. (1995). A primeira – protoindividualismo – refere-se ao fato das pessoas realizarem suas atividades de modo independente das demais, e a segunda – individualismo expressivo – enfoca a tendência das pessoas centralizarem suas ações em torno de pontos de referência relacionais, em especial a família e a comunidade local.

Tais estudos representam, sem dúvida, um primeiro passo em direção à abordagem das possibilidades de aplicação da síndrome do individualismo e do coletivismo ao contexto sociocultural brasileiro. Considerando-se, entretanto, a grande diversidade cultural que caracteriza o país, torna-se pertinente e urgente a realização de investigações futuras apoiadas neste arcabouço teórico, que possam contribuir não somente para a derivação de princípios psicológicos comprometidos com nossa realidade sociocultural, mas também para uma participação mais eficaz dos pesquisadores brasileiros no debate acerca do papel da cultura na explicação da variabilidade do comportamento social, sob a perspectivaêmica e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berry, J.W. (1989). Impedes etics, emics and derived etics: The operationalization of a compelling idea. *International Journal of Psychology*, 24, 721-735.
- Berry, J. W., Poortinga, Y. H., Segall, M. H. & Dasen, P. R. (1992). *Cross-cultural psychology: Research and applications*. New York: Cambridge University Press.
- Bierbrauer, G., Meyer, H. & Wolfradt, U. (1994). Em U. Kim, H. C. Triandis, C. Kagitçibasi, S. Choi & G. Yoon (Orgs.), *Individualism and collectivism: Theory, method and applications* (pp. 189-199). Thousand Oaks: Sage.
- Chinese Culture Connection (1987). Chinese values and the search for culture-free dimensions for culture. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 18, 143-164.
- Earley, P.C. & Gibson, C.B. (1998). Taking stock in our progress on individualism-collectivism: 100 years of solidarity and community. *Journal of Management*, 24, 265-304.
- Gouveia, V.V., Andrade, J.M.A., Meira, M. & Jesus, G.R. (2001). Dimensões valorativas dos constructos individualismo e coletivismo: Construção de uma escala multi-fatorial [Resumo].

- Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Resumos, XXXI Reunião Anual de Psicologia* (p.77). Rio de Janeiro: SBP.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Hofstede, G. (1994). Foreword. Em U. Kim, H. C. Triandis, C. Kagitçibasi, S. Choi & G. Yoon (Orgs.), *Individualism and collectivism: Theory, method and applications* (pp. ix - xii). Thousand Oaks: Sage
- Hofstede, G. (1997). *Cultures and organizations: Software of the mind*. New York: McGraw Hill.
- Hogan, J.D. (1995). International psychology in the next century: Comment and speculation from a U.S. perspective. *World Psychology*, 1, 9-25.
- Kagitçibasi, C. (1997). Individualism and collectivism. Em J.W. Berry, M. H. Segall & C. Kagitçibasi (Orgs.), *Handbook of cross-cultural psychology* (Vol. 3) (2ª ed.) (pp. 1-49). Massachusetts: Allyn and Bacon.
- Kim, U. & Berry, J.W. (1993). Introduction. Em U. Kim & J.W. Berry (Orgs.), *Indigenous psychologies: Research and experience in cultural context* (pp. 1-29). Newbury Park: Sage.
- Kim, U., Triandis, H.C., Kagitçibasi, C., Choi, S. & Yoon, G. (1994). Introduction. Em U. Kim, H.C. Triandis, C. Kagitçibasi, S. Choi & G. Yoon (Orgs.), *Individualism and collectivism: Theory, method and applications* (pp.1-16). Thousand Oaks: Sage.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Schwartz, S. H. (1994a). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.
- Schwartz, S. H. (1994b). Beyond individualism/collectivism: New cultural dimensions of values. Em U. Kim, H. C. Triandis, C. Kagitçibasi, S. Choi & G. Yoon (Orgs.), *Individualism and collectivism: Theory, method and applications* (pp. 85-119). Thousand Oaks: Sage
- Schwartz, S. H. (1996). Value priorities and behavior: Applying a theory of integrated value systems. Em C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Orgs.), *The psychology of values: The Ontario Symposium* (Vol. 8) (pp. 1-24). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Schwartz, S. H. & Ros, M. (1995). Values in the West: A theoretical and empirical challenge to the individualism-collectivism cultural dimension. *World Psychology*, 1, 91-122.
- Sinha, D. & Tripathi, R.C. (1994). Individualism in a collectivist culture: A case of coexistence of opposites. Em U. Kim, H.C. Triandis, C. Kagitçibasi, S. Choi & G. Yoon (Orgs.), *Individualism and collectivism: Theory, method and applications* (pp.123-136). Thousand Oaks: Sage.
- Singelis, T.M., Triandis, H.C., Bhawuk, D. & Gelfand, M.J. (1995). Horizontal and vertical dimensions of individualism and collectivism: A theoretical and measurement refinement. *Cross-Cultural Research*, 29, 240-275.
- Smith, P.B. & Bond, M.H. (1993). *Social psychology across cultures: Analysis and perspectives*. Boston: Allyn and Bacon.
- Torres, C.V. & Pérez-Nebra, A. (2001). Avaliando uma escala de valores: Tratamento emic, confiabilidade e fidedignidade [Resumo]. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Resumos, XXXI Reunião Anual de Psicologia* (p.77). Rio de Janeiro: SBP.
- Triandis, H.C. (1989). The self and social behavior in differing cultures. *Psychological Review*, 96, 506-520.
- Triandis, H.C. (1990a). Aproximaciones teoricas y metodologicas al estudio del individualismo y el coletivismo. *Revista de Psicologia Social y Personalidad*, 6, 29-38.
- Triandis, H.C. (1990b). Toward cross-cultural studies in individualism and collectivism in Latin America. *Interamerican Journal of Psychology*, 24, 199-210.
- Triandis, H.C. (1994a). *Culture and social behavior*. New York: McGraw Hill.
- Triandis, H. C. (1994b). Theoretical and methodological approaches to the study of collectivism and individualism. Em U. Kim, H. C. Triandis, C. Kagitçibasi, S. Choi & G. Yoon (Orgs.), *Individualism and collectivism: Theory, method and applications* (pp. 41-51). Thousand Oaks: Sage
- Triandis, H.C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, CO: Westview Press.
- Triandis, H.C. (1996). The psychological measurement of cultural syndromes. *American Psychologist*, 51, 407-415.
- Triandis, H.C., Bontempo, R., Betancourt, H., Bond, M., Leung, K., Georgas, J., Hui, C.H., Marin, G., Setiadi, B., Sinha, J.B.P., Verma, J., Spangenberg, J., Touzard, H. & de Montmollin, G. (1986). The measurement of etic aspects of individualism and collectivism across cultures. *Australian Journal of Psychology*, 38, 257-267.
- Triandis, H.C., Bontempo, R., Villareal, M.J., Asai, M. & Lucca, N. (1988). Individualism and collectivism: Cross-cultural perspectives on self-ingroup relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 323-338.
- Triandis, H.C., Carnevale, P., Gelfand, M., Robert, C., Wasti, S.A., Probst, T., Kashima, E.S., Dragonas, T., Chan, D., Chen, X.P., Kim, U., Dreu, C., van de Vliert, E., Iwao, S., Ohbuchi, K. & Schimtz, P. (2001). Culture and deception in business negotiations: A multilevel analysis. *International Journal of Cross Cultural Management*, 1, 73-90.
- Triandis, H.C. & Gelfand, M.J. (1998). Converging measurement of horizontal and vertical individualism and collectivism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 118-128.
- Triandis, H.C., Leung, K., Villareal, M. & Clack, F.L. (1985). Allocentric vs. idiocentric tendencies: Convergent and discriminant validation. *Journal of Research in Personality*, 19, 395-415.
- Triandis, H.C., McCusker, C. & Hui, C.H. (1990). Multimethod probes of individualism and collectivism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 1006-1020.

Recebido em 18/01/2002

Revisado em 25/04/2002

Aceito em 06/05/2002